

Governamentalidade no Regime Militar (1964-1985): a reforma ibegeana e o ENDEF

Governmentality in the Military Regime (1964-1985): the IBGE reform and the ENDEF

Laura Graziela Gomes

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O artigo tem como objetivo destacar a importância do IBGE durante o regime militar a partir da reforma da instituição que tornou possível a realização do Censo de 1970 e, mais adiante, a realização do Estudo Nacional da Despesa Familiar - Endef (1974-1975). Desse período em diante, o IBGE tornou-se a principal instituição da administração pública brasileira responsável pelas pesquisas e levantamentos socioeconômicos que serviram de base aos governos militares – e posteriormente aos governos civis – para, junto com as demais instituições estatais do período, tomarem suas decisões de governo para fins de planejamento e de promoção das políticas públicas, ao mesmo tempo que serviram para respaldar posições do regime militar diante das políticas de segurança e integração nacional. O artigo foi baseado no memorial da autora¹ sobre o início de sua trajetória profissional no IBGE como membro do grupo de trabalho do Endef entre 1975 e 1981, sendo também respaldado em publicações do IBGE sobre o Endef (disponíveis na internet), além de depoimentos de ex-funcionários e ex-pesquisadores do Endef.

Palavras-chaves: IBGE-ENDEF, Regime militar, Planejamento, Governo.

1 Memorial submetido à banca de concurso para obtenção do título de Professora Titular, em 27 de junho de 2019.

Recebido em 03 de novembro de 2022.
Avaliador A: 07 de dezembro de 2022.
Avaliador B: 11 de dezembro de 2022.
Aceito em 21 de março de 2023.



ABSTRACT

The article aims to highlight the importance of the IBGE during the military regime from the reform of the institution that made it possible to carry out the 1970 Census and, later, the National Study of Family Expenses - Endef (1974-1975). From that period on, the IBGE became the main institution of the Brazilian public administration responsible for research and socioeconomic surveys that served as a basis for military governments - and later for civilian governments - to, along with other state institutions of the period, take their government decisions for the purpose of planning and promoting public policies, while serving to support the military regime's positions regarding security and national integration policies. The article was based on the author's memorial about the beginning of her professional career at the IBGE as a member of the Endef working group between 1975 and 1981, and is also supported by IBGE publications on Endef (available on the internet), in addition to testimonials from former Endef employees and researchers.

Keywords: IBGE-ENDEF, Military regime, Planning, Policy.

APRESENTAÇÃO

Em 2019, enquanto preparava meu memorial para realizar o concurso para professora titular na UFF, procurei destacar o período inicial de minha trajetória profissional como pesquisadora do IBGE, onde participei do Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef), uma pesquisa inédita e pioneira que me influenciou bastante ao longo de minha carreira docente. Ao deparar novamente com o material, decidi separá-lo para, mais adiante, escrever um artigo que me permitisse entender melhor o que havia se passado conosco e que nos levou aos impasses recentes de nossa história política desde 2013, quando uma série de eventos teve início em várias cidades brasileiras e cujos desdobramentos conduziram à instabilidade política que culminou com o “*impeachment*” da presidente Dilma Rousseff em 2016, após sua reeleição em 2014. A partir de então, cientistas sociais e jornalistas políticos brasileiros passaram a conviver com a possibilidade de um retorno dos militares ao poder, em especial após as medidas tomadas pela Lava Jato em relação ao ex-presidente Lula, com o fim de impedi-lo de candidatar-se às eleições presidenciais de 2018. De fato, a prisão de Lula, até então forte candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais daquele ano, nos obrigou a pensar que o Brasil se encontrava em meio a uma “guerra híbrida” (LEIRNER, 2020) e um novo golpe havia sido feito contra a República. Se havia alguma dúvida de que os militares retornariam,

tal presentimento se confirmou com a vitória de Bolsonaro no segundo turno sobre o então candidato do PT, Fernando Haddad.

A posse de Bolsonaro em 1º de janeiro de 2019, bem como seu discurso de inauguração, não deixou dúvidas de que teríamos um governo antidemocrático. Mais ainda: não só os militares retornaram, como passaram a ocupar vários postos na administração pública, inclusive como ministros de Estado. Esse retorno dos militares voltou a ser um tema recorrente no debate público promovido pela oposição, por cientistas sociais e jornalistas nas mídias alternativas. Dali em diante, além de convivermos cotidianamente com a possibilidade do golpe, tivemos de nos habituar a lidar com um “estilo de governo” truculento, baseado numa agenda de destruição, planejada e meticulosa, de toda a infraestrutura da máquina pública estatal que havia sido construída desde o regime militar (1964-1985) e aperfeiçoada pelos governos civis pós-ditadura, incluindo os próprios governos petistas, que haviam governado durante 13 anos até o *impeachment* de Dilma Rousseff. Essa destruição afetava praticamente todas as principais instituições de governo do Estado, da cultura, da economia, da educação e do trabalho. Implicava mudanças de leis, reformas feitas a toque de caixa que previam a própria alteração da Constituição de 1988, com a inclusão de novas emendas e reformas. Após quatro anos, não há muitas dúvidas de que Bolsonaro cumpriu rigorosamente sua meta, enfim, a missão que lhe foi confiada, podendo ela ser resumida em uma única expressão: o desmonte do Estado Brasileiro.

Já no final de seu governo, tomei conhecimento da proposta do dossiê, em meio à campanha eleitoral para o 1º turno, e, no contexto em que estávamos, veio a ideia de retomar o material do Endef e a parte do memorial sobre a fase inicial de minha trajetória, de modo a refletir sobre a relevância do IBGE na administração pública brasileira durante o regime militar a partir de 1970. Acabei finalizando-o às vésperas (literalmente) do segundo turno, em meio a todas as turbulências e rumores provenientes do meio militar que pairavam sobre o resultado definitivo das eleições, caso o candidato apoiado pelas Forças Armadas, Jair Bolsonaro, não saísse vencedor.

Como disse, um fato muito destacado durante o governo Bolsonaro foi o programa de desmonte do Estado realizado, incluindo muitas instituições públicas e órgãos estatais importantes, sobretudo aqueles encarregados de fornecer dados e subsidiar pesquisas, como o IBGE, a instituição encarregada de realizar os recenseamentos demográficos do Brasil, além de levantamentos socioeconômicos importantes para a administração pública brasileira. Lembro que em 2019, antes da pandemia, em seu primeiro ano de governo, Bolsonaro se indispôs com a instituição, comprometendo o cronograma do Censo, que deveria ocorrer em 2020. Quando veio a pandemia da covid-19 em 2020, o Censo foi suspenso com uma boa justificativa para

a sociedade. A bem da verdade, o Censo e outras iniciativas já haviam sido comprometidas por seu antecessor, Michel Temer, que iniciou o processo de paralização da máquina estatal, extinguindo verbas e investimentos de forma intencional para paralisar o país através de suas instituições mais importantes. No caso de Bolsonaro, veja-se, por exemplo, a crise que se abateu sobre o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) já em 2019, no início de seu governo, quando ele decidiu “exonerar” seu então presidente, o cientista Ricardo Galvão. O motivo? O Inpe era um dos órgãos responsáveis pelo monitoramento do desmatamento da Amazônia.

Ao iniciar a escrita do artigo, ainda em setembro de 2022, meu objetivo não estava tão claro, mas ele já buscava compreender o que havia mudado nos militares pós-regime, isto é, de 1985 a 2018: por que desejavam se envolver novamente com a política nacional, num projeto que, paradoxalmente, levava à destruição de grande parte do legado do próprio regime militar anterior, a saber, as instituições públicas, as empresas estatais, comprometendo a organização do Estado Nacional, o federalismo e a União, que eles mesmos buscaram salvaguardar durante os 21 anos de governo? Desse modo, pareceu-me importante retomar o regime militar e sua participação na consolidação da reforma ibegeana e nos projetos e levantamentos desenvolvidos no órgão durante a década de 1970, de modo a fazer uma comparação entre o que pensavam e o que defenderam – que pode ser resumido sob a rubrica dos chamados planos de desenvolvimento ou do “desenvolvimentismo” – e o que pensam atualmente a partir do envolvimento e da participação que tiveram no governo Bolsonaro.

Até poucos dias antes da posse do presidente Lula quis acreditar que havíamos conseguido fazer uma transição democrática. Porém, novos acontecimentos se precipitaram e não me permitiram continuar a sonhar. Estradas bloqueadas e acampamentos bolsonaristas apoiados pelos militares espalharam-se por vários pontos do país, redundando nos tristes acontecimentos de 8 de janeiro passado, que, mais uma vez, ameaçaram a democracia brasileira.

O REGIME MILITAR E O BRASIL SOB A ÓTICA DA REFORMA IBEGEANA: O ENDEF

O período de 1964 a 1985 da vida nacional brasileira foi marcado pela afirmação de uma República inteiramente tutelada pelos militares, embora tenham procurado preservar a garantia formal da autonomia dos Estados-membros, “mesmo tendo havido constantemente flagrantes agressões a este princípio basilar do federalismo” (AUGUSTO, 1996, p. 42). O federalismo

foi preservado, assim, sob a justificativa de que a intervenção militar era necessária para a proteção da União, que corria riscos, em função da fragilidade das instituições políticas civis que a ameaçavam constantemente, podendo levá-la a se desagregar, caso o povo brasileiro embarcasse na “aventura comunista”. Nesse período, passei a conviver com expressões como “segurança nacional”, “integração nacional”, “subdesenvolvimento” e “desenvolvimento”, palavras-chaves utilizadas pelos meios de comunicação existentes para definir um espectro de percepções, projetos, empreendimentos, políticas econômicas, administrativas e públicas, repressão e censura que marcariam definitivamente o regime militar no Brasil.

É importante frisar de pronto que o regime militar foi profundamente estatista. Em seu depoimento, a esse respeito, o ex-presidente Ernesto Geisel admitiu que “o Estado tem que dirigir. Tanto o capital privado nacional, que no meu modo de ver é escasso, quanto o capital estrangeiro são bem-vindos se forem adequadamente aplicados” (CASTRO, D’ARAÚJO, 1997:124). Para ele, o Estado era um “agente crucial de desenvolvimento”. Tudo começava e terminava no Estado, mesmo que para o benefício do capitalismo. Para fins de produção do próprio capitalismo, era preciso fortalecer o Estado (a União), o que implicava a existência e a criação de órgãos e empresas estatais, além da realização de reformas administrativas em antigos órgãos públicos, redefinidos com o objetivo de fazê-los desenvolver ações estatais que, essas sim, iriam subsidiar e dar apoio às atividades e ações empresariais e capitalistas. Se houve um aumento e fortalecimento do Estado no Brasil, isso ocorreu justamente no regime militar, e esse aumento favoreceu sobremaneira os militares e as elites brasileiras.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se inclui na gama de instituições atingidas pelas reformas do Estado e da administração pública no Brasil nesse período². Apesar disso, a mudança de paradigma que levaria à construção da nova identidade do IBGE, até então composto somente por geógrafos e estatísticos, não foi imediata. Esses profissionais, apesar de estarem reunidos em um mesmo órgão, mantinham-se apartados em suas respectivas áreas de formação e atuação. Essa mudança de identidade iniciou-se somente a partir da gestão de Isaac Kerstenetzky (1970-1979), nomeado com vistas à realização do Censo de 1970, que naquele momento tornara-se urgente, diante dos problemas com os dados do Censo de 1960 e dos desafios crescentes da sociedade brasileira que, àquelas alturas, exigiam esforços de planejamento para muito além dos recenseamentos anteriores.

² Criado em 1937, o IBGE era fruto da união de dois órgãos, o Instituto Nacional de Estatística (INE), criado em 1934, e o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG), criado em 1936. Em 1967, ainda no início do regime militar, o IBGE foi objeto de uma primeira reforma administrativa, quando passou a ter *status* de fundação pública, pelo Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967.

Segundo Nelson Senra (2006), aparentemente a reforma ibegeana não se consolidou entre 1967 e 1970 – ao contrário, fracassara. É nesse contexto que, em 1970, Isaac Kerstenetzky foi nomeado presidente do IBGE pelo então ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, para “refazer o rumo do IBGE” (Wu Tai *et al.*, 2006, p. 10).

Ao seu tempo, os censos econômicos tornaram-se quinquenais [*sic*] (tendo ocorrido em 1975 e em 1985), uma antiga demanda. Foi feito o VIII Recenseamento Geral do Brasil, de 1970, muito esperado, já que o VII Recenseamento Geral, de 1960, ainda não estava divulgado completamente, e corria o risco de ser de todo perdido. Sua ação nos censos já seria o bastante para colocar-lhe o nome no panteon [*sic*] dos imortais da estatística brasileira, mas foi além. Por exemplo, deu curso à Matriz Insumo-Produto, e ao Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF, com o qual se tornou possível construir o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC). (WU TAI *ET al.*, 2006, p. 10).

Um fato significativo a ser destacado sobre a gestão do professor Isaac Kerstenetzky que acabou tornando-a um divisor de águas para a afirmação institucional interna e externa do IBGE, foi a inclusão de cientistas sociais no órgão, pois até então o quadro técnico era composto exclusivamente por geógrafos e estatísticos. Foi criado, portanto, o Departamento dos Indicadores Sociais, que, desde sua fundação, contou com a participação de antropólogos e sociólogos em seu quadro de pesquisadores. Porém, a extensão e o significado da inclusão de antropólogos e sociólogos pode ser percebida também na realização do Endef, em 1974 e 1975, quando seus coordenadores incorporaram antropólogos, economistas, educadores, nutricionistas e sociólogos, entre outros profissionais. Apesar da multidisciplinaridade na época ter encontrado resistência na instituição, no âmbito da coordenação do Endef ela se tornou a marca registrada do grupo de trabalho (GT) criado para ler e classificar o conteúdo de dois relatórios qualitativos extras da pesquisa, sob a coordenação de um de seus coordenadores, Luiz Affonso Parga Nina, sociólogo³, ex-militar, Capitão de Mar e Guerra da reserva.

A despeito da importância do Censo de 1970 e das informações recolhidas durante o recenseamento, ele não foi suficiente para o regime e o governo da época suprirem as deficiências de informações a respeito da situação econômica e social do país, cada vez mais complexa, preocupante e marcada pela “insegurança” política e social. De fato o censo de 1970 comprovou o que muitos especialistas já suspeitavam, a saber, que o Brasil havia se tornado uma sociedade urbana, mas sem planejamento econômico e social algum para tanto. Esse foi o

³ Formado em Sociologia nos EUA, Parga Nina era influenciado pela metodologia em pesquisa social desenvolvida por seu ex-professor, Paul Lazarsfeld. Sua grande contribuição para o Endef deveu-se a essa influência, quando solicitou os dois relatórios extras aos pesquisadores do Endef e constituiu o grupo de trabalho, com o objetivo de desenvolver um método de análise dessas “informações não estruturadas”.

principal contexto institucional no qual o Endef foi pensado, planejado e desenvolvido por seus principais idealizadores: Isaac Kerstenetzky e Luiz Affonso Parga Nina. Parga Nina foi levado por Kerstenetzky ao órgão para ser seu assessor na presidência do IBGE.

Havia uma demanda de informações a serem buscadas e aprofundadas a partir de pesquisas que utilizassem novos métodos de coleta de dados; também se mostrava relevante a observação empírica direta e qualitativa de diferentes setores e segmentos da sociedade brasileira. Como não existiam instituições científicas organizadas com recursos e metodologia para organizar e realizar esse tipo de pesquisa na magnitude que deveria ter, Isaac Kerstenetzky buscou apoio junto à Food and Agriculture Organization of United Nations (FAO)⁴. A decisão não foi somente acatada pelo governo militar: a pesquisa foi planejada e executada com a participação integral de dois técnicos da FAO, sob a égide do Ministério do Planejamento, órgão ao qual o IBGE estava subordinado. Uma vez aprovada, foi criada a equipe de coordenação do Endef, vinculada à presidência do IBGE, e foi decidido que a amostragem seria feita a partir da matriz do Censo de 1970. A partir dela, com os devidos ajustes, seria realizada uma pesquisa sobre orçamento e a despesa familiar, com foco na alimentação, algo até então inédito em um país do porte do Brasil.

O Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef) teve sua pesquisa de campo iniciada em 18 de agosto de 1974 e concluída em 15 de agosto de 1975, sob o governo do general Ernesto Geisel⁵. Ela foi precedida por três meses de intenso treinamento das equipes de campo, período em que cada pesquisador foi treinado para coletar informações obtidas através da pesagem de alimentos antes e depois de sua preparação e da medição e da pesagem de todos os residentes do domicílio selecionados. Esta rotina de pesquisa previa também a anotação de todas as despesas domésticas no período, de dois domicílios por vez, durante sete dias consecutivos. Além de preencherem os três questionários corretamente⁶, os pesquisadores foram instruídos também a registrar tudo o que suas observações diretas pudessem captar a respeito das condições de vida de cada domicílio visitado, bem como sobre seus residentes, na última página em branco

4 Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, do Órgão das Nações Unidas, criada em 1945.

5 Em seus depoimentos fornecidos a Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (1997), o ex-presidente Ernesto Geisel destacou a participação do Ministério do Planejamento e do Ipea, mas sequer mencionou o IBGE, especialmente para a formatação do segundo PND. Não obstante a importância que o Ipea teve, é impossível ignorar a importância do IBGE, salvo por questões políticas. O IBGE, também subordinado ao Ministério do Planejamento, além de ter sido responsável pela realização do Censo de 1970 (durante o governo Medici), mais adiante, realizou o Endef, durante o governo Geisel. Sem esses dados produzidos pelo IBGE, o segundo PND não poderia ter sido realizado.

6 O caderno de pesquisa com cerca de 60 páginas era formado por três tipos de questionários, cada um deles centrado em um aspecto do domicílio, sendo o mais importante e maior o questionário sobre alimentação.

do questionário reservada para tal. Com esses questionários minuciosos e os registros escritos livremente, o Endef entrou para a história do IBGE, inaugurando as pesquisas de orçamento para que fossem, de fato, institucionalizadas e tornadas regulares no organograma da instituição.

O Endef não foi apenas a primeira pesquisa realizada por qualquer governo e/ou instituição estatal brasileira a obter um conjunto mais completo de informações socioeconômicas sobre o país, mas também a pesquisa que levantou mais informações sobre os diversos aspectos da vida doméstica e familiar brasileira, até então inacessíveis aos levantamentos existentes. Nenhuma pesquisa anterior teve a abrangência do Endef. Diante desse fato, é impossível afirmar o significado político e institucional assumido pelo IBGE a partir da década de 1970 sem mencionarmos o Endef. Assim, em termos de informações nacionais obtidas por um órgão da administração pública do Estado brasileiro, existe um Brasil antes e depois do Endef, por sua abrangência e pela logística desenvolvida para a sua realização, no que diz respeito à coleta do “material quantitativo” durante sete dias consecutivos, o que permitiu a observação direta dos modos de vida da população investigada, conforme narrados posteriormente pelos próprios pesquisadores de campo.

Estabelecer essa conexão entre dados estatísticos sobre o orçamento, despesas domésticas (alimentação) e as contas nacionais, tomando como ponto de partida esse tipo de levantamento, baseado numa abordagem/amostragem censitária, foi um mérito do IBGE, em particular da gestão de Isaac Kerstenetzky. Outra relação importante e posteriormente desenvolvida pelo IBGE em pesquisas futuras foi a relação entre os demais itens de despesas que compõem o orçamento doméstico no Brasil, buscando distinguir o consumo alimentar do consumo de outros bens. Cabe notar que se tratava de uma decisão devida à relação complexa que ficara evidente já nos cotejamentos dos questionários com os registros da última página e, mais adiante, após a leitura e a classificação dos dois relatórios extras solicitados, que forneceram mais informações sobre a ocorrência de consumo de outros bens em situação de extrema pobreza, até mesmo em detrimento daqueles considerados essenciais, como a própria alimentação⁷.

Além disso, pela primeira vez foram levantadas informações mais minuciosas, em termos nacionais, sobre as formas de mercados existentes e/ou formas de circulação de bens, em termos quantitativos e qualitativos, por meio da observação direta de pesquisadores treinados. As informações permitiram também identificar e classificar inúmeras atividades ocupacionais emergentes e outras tantas formas de relação de trabalho, muitas delas problemáticas e já

⁷ Quando os alimentos são adquiridos por meio da compra (feiras, mercados, supermercados etc), eles são bens, da mesma forma que outros, com a diferença de que são considerados um bem essencial.

consideradas ilegais (caso dos inúmeros registros de situações de escravidão ou de semiescravidão verificados).

Diante do exposto, torna-se importante deixar registradas as razões pelas quais outros dois relatórios extras foram solicitados aos pesquisadores/supervisores de campo. Essa necessidade se impôs quando se iniciou o processamento dos dados dos primeiros questionários, relativos ao primeiro semestre da pesquisa. Antes de serem digitados, os questionários passavam por uma equipe que fazia sua análise crítica⁸, que evidentemente supunha a leitura dos registros livres feitos pelo pesquisador na última página. Como previsto, esses registros causaram enorme impacto, mas, infelizmente, muitas observações feitas não se encontravam devidamente representadas nas informações quantitativas. Era comum que a equipe encarregada da crítica dos questionários lesse essas informações qualitativas contidas na última página dos questionários e se deparasse com informações fundamentais e até críticas sobre as condições de vida dos informantes, mas que permaneciam relativamente “invisíveis”, porque não se encaixavam nas partes quantitativas do caderno de pesquisa.

Diante da quantidade de situações dessa ordem que foram se acumulando logo nos primeiros meses de processamento dos dados, Luiz Affonso Parga Nina, em concordância com o presidente Isaac Kerstenetzky, decidiram solicitar a todas as equipes de campo os dois relatórios extras sobre os domicílios visitados e as localidades nas quais se situavam, de forma que os pesquisadores se sentissem à vontade para relatar com mais detalhes suas observações. Hoje, passados quase 50 anos da data inicial do Endef, considero a iniciativa uma demonstração cabal de sensibilidade metodológica e inovação fundamentalmente corajosa. Foi tomada no interior de uma instituição estatal, pública, em pleno regime militar⁹.

Meu ingresso no IBGE se deu nesse momento, quando os coordenadores do Endef formaram o GT¹⁰ com o objetivo de ler os dois relatórios enviados pelos pesquisadores de todos os pontos do país. Diante do volume de documentos recebidos, a primeira providência foi realizar a avaliação inicial do material, para decidir como ele poderia ser metodologicamente explorado, ou melhor, decupado, a fim de auxiliar na crítica e na análise do material quantitativo.

8 A crítica consistia na leitura de todo o caderno para se verificar se havia erros de preenchimento, lacunas e inconsistências antes da digitação dos dados.

9 Desse modo, dois relatórios foram solicitados: o primeiro cobriu o primeiro semestre da pesquisa, e o segundo, o final do 2º semestre e o término do Endef.

10 O Grupo de Trabalho assim constituído foi composto por ex-supervisores e ex-pesquisadores de campo, isto é, pessoas que haviam realizado a pesquisa de campo e cujas equipes já haviam cumprido o organograma de trabalho nos municípios do RJ. Além disso, outras pessoas, como eu, foram contratadas em função de suas formações específicas, no meu caso, como bacharelada em ciências sociais e, em seguida, mestranda em antropologia.

Se havia alguma dúvida sobre a importância dos relatórios, ela foi desfeita nas primeiras explorações e leituras. Tínhamos em mãos um material sensível em todos os sentidos. Desse modo, o GT foi oficializado, e ficou decidido que o material deveria ser trabalhado à parte pela equipe. Essa decisão foi muito importante, considerando as informações sensíveis do material e o fato de que esse trabalho seria importante para uma compreensão maior do Endef e de seus desdobramentos futuros. Uma vez realizada a primeira exploração do material, a segunda providência foi passar à segunda fase de leitura dos relatórios, agora mais criteriosa, a fim de que pudéssemos discutir os critérios classificatórios que seriam usados para decupar o material em extratos, a serem organizados de acordo com os temas predominantes em todos eles. A ideia foi fazer extratos temáticos para pensar outras formas de explorar os relatórios, não apenas para fazer a crítica dos dados quantitativos, mas, quem sabe, pensar novas pesquisas a partir deles, sobre temas que interessassem à instituição e ao governo. Por conta de seu ineditismo, a leitura dos relatórios dos pesquisadores de campo provocou muitas discussões no GT, não apenas pelo conteúdo dos relatos, mas em função do tratamento metodológico a ser dado àquele material, no âmbito de uma instituição voltada para a realização de pesquisas estatísticas quantitativas.

Uma questão importante enfrentada pelo GT foram as controvérsias provocadas pelos demais departamentos do IBGE sobre a “cientificidade” daquele material, uma vez que, para alguns pesquisadores da instituição, ele foi produzido sem nenhuma orientação metodológica prévia. Sempre considerei que essa discussão servia para esconder uma disputa política e ideológica já existente no interior da instituição. Para nós, que compúnhamos o GT, nosso posicionamento foi apoiar o coordenador e nos comprometemos a realizar um bom trabalho de classificação do material, visando à sua utilização metodológica através de argumentos consistentes. Em primeiro lugar, era importante desfazer o argumento falacioso de que os relatórios “não eram válidos”. Essa representação não fazia sentido, uma vez que eles não foram escritos por “quaisquer pessoas”, mas pelos mesmos pesquisadores e supervisores que haviam realizado a pesquisa de campo durante um ano. Ou seja, as mesmas pessoas que receberam treinamento do IBGE durante três meses antes de realizar a pesquisa de campo, que conheciam bem o questionário e sabiam como preenchê-lo, que viajaram para locais distantes, entraram nos domicílios dos moradores selecionados, observaram e acompanharam suas vidas durante sete dias. Se a instituição considerava a percepção deles inválida para a escrita de dois relatórios sobre suas experiências de campo na pesquisa, todo o resto da pesquisa também estaria comprometida.

Em suma, o fato de a solicitação dos relatórios não ter sido prevista no organograma inicial da pesquisa e da instituição não os tornava um material ilegítimo em termos metodológicos. A

diferença era que um método de análise teria de ser concebido *a posteriori*, apoiado no método etnográfico que existe para dar conta dos imponderáveis e das situações imprevistas com as quais antropólogos se deparam em seu trabalho de campo. Assim, após o término da pesquisa de campo e após a leitura integral do conjunto dos relatórios, no momento em que os dados quantitativos já terminavam de ser processados para a análise, a leitura desse material classificado e em extratos poderia corroborar muitas decisões importantes. Portanto, é fundamental destacar que criou-se um método para a leitura dos relatórios, desenvolvido e cumprido por todos os membros do GT para marcar os trechos e se fazer as extrações. Para evitar ambiguidades e repetições aleatórias de conteúdo, o grupo sempre discutia qual seria a prioridade, e somente em alguns casos, diante da gravidade da situação, optou-se por replicar alguns conteúdos em outro conjunto de extrações¹¹. Para encerrar essa rápida explanação etnográfica do método de trabalho do GT: não tenho dúvidas de que a concordância de Isaac Kerstenetzky com a ideia de solicitar os dois relatórios semestrais e, em seguida, criar um GT para estudá-los não consistiu em atender ao devaneio de um assessor, mas na intenção de transformar os relatórios resultantes de uma pesquisa social inédita como o Endef em uma experiência metodológica inovadora que servisse de inspiração para orientar e assessorar técnicos do IBGE em pesquisas futuras e abrangentes como aquela. Foi com esse cenário de futuro em mente que levamos adiante as discussões internas do GT, e que, mais adiante, possibilitou que realizássemos um “retorno ao campo”¹².

O ENDEF COMO PROJETO DE GOVERNAMENTALIDADE (SOBERANIA)

11 Quanto aos temas dos extratos, somente após todos os relatórios serem lidos e marcados é que foi possível pensar nos critérios para estabelecer os temas abrangentes. Assim, as categorias classificatórias abrangentes emergiram da leitura dos relatórios, tendo em vista os eventos e as situações que chamaram a atenção das equipes e dos pesquisadores em campo, bem como a importância deles diante dos demais resultados da pesquisa (quantitativa). Por fim, elas foram enxugadas e reduzidas, perfazendo um total de 7: “alimentação”, “casos extremos”, “condições de vida” (consumo de outros bens: roupas, calçados, utilidades domésticas, mobília etc.), educação, “moradia” (tipo de moradia – própria/alugada –, estado da casa, construção, materiais, contexto etc.), “saúde e higiene” e “transporte” (mobilidade).

12 Esse retorno ao campo implicou a seleção de uma pequena amostragem do contexto da amostragem geral do Endef, com as consequentes leitura e cotejamento entre os cadernos de campo e os relatórios relacionados aos domicílios que seriam revisitados, desta feita pelos pesquisadores do próprio GT. A mim coube visitar os domicílios pesquisados na Rocinha (RJ).

A primeira pessoa que mencionou para mim a importância da leitura de Michel Foucault para pensar o IBGE foi Luiz de Castro Faria, meu professor na UFF e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/UFRJ), em virtude das conversas que mantínhamos sobre o material do Endef. Naquela época, ele já me chamava a atenção para a importância estratégica do IBGE para a compreensão do regime militar. Embora a noção de governamentalidade ainda não estivesse em voga entre nós, até porque os seminários de Foucault sobre o tema foram ministrados em 1978 e 1979 e publicados posteriormente, Castro Faria já era um leitor atento de Foucault e sempre comentava comigo que, àquelas alturas, uma instituição estatal composta em grande medida por geógrafos e estatísticos merecia a atenção dos cientistas sociais.

Em função dessas conversas e de seu interesse pela questão, passei a compartilhar com ele os conteúdos dos relatórios de campo e as dificuldades que nosso grupo de trabalho enfrentava no próprio IBGE a respeito da “legitimidade” deles¹³. O que apresentarei a seguir não está baseado somente nessas conversas iniciais com o professor, mas nas leituras que fiz posteriormente sobre a noção da governamentalidade (FOUCAULT, 2008) em textos publicados muitos anos após minha passagem pelo IBGE, já como professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), e em outros autores inspirados em Foucault, como AGAMBEN (2010), especialmente de 2013 em diante, influenciada pela “virada política” brasileira¹⁴.

No capítulo referente à aula de 25 de janeiro de 1978, Foucault destacou “as formas de normalização na disciplina e nos mecanismos de segurança”, mencionando a “implantação de uma nova tecnologia política: o governo das populações” (FOUCAULT, 2008, p. 73). Foucault aponta as razões que fazem da população algo a ser governado: “A população como operadora das transformações nos saberes”¹⁵ (FOUCAULT, 2008, p. 73). Logo adiante, na aula de 1º de fevereiro de 1978, ele sugeriu um nome para essa nova tecnologia política, chamando-a de governamentalidade.

Vivemos na era da “governamentalidade”, aquela que foi descoberta no século XVIII.

13 Em dado momento, Castro Faria sugeriu que eu fizesse minha dissertação de mestrado sobre o IBGE. Por razões pessoais e institucionais, não segui sua sugestão na época, mas guardei-a comigo na memória, junto com a sugestão sobre a importância de Foucault para entender o IBGE, o Endef e o papel da geografia e dos estatísticos.

14 No início da 2021 ministrei um curso sobre neoliberalismo no PPGA/UFF, em torno de dois autores e livros mais recentes: *Homo sacer* (AGAMBEN, 2010) e *Inventando nossos selfs* (ROSE, 2011). O livro de Michel Foucault não fez parte da bibliografia obrigatória, mas foi bastante citado durante o curso.

15 Neste capítulo Foucault (2008, p. 73-116) apresenta considerações cruciais para refletirmos sobre a construção do Estado-Nação no Brasil no período republicano, ainda no século XIX, e sua relação com o pensamento social brasileiro, a partir da criação do campo das ciências sociais no Brasil, em especial da antropologia.

Governamentalização do Estado que é um fenômeno particularmente tortuoso, pois, embora efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo [sic] tenham se tornado de fato o único intuito político e o único espaço real da luta e dos embates políticos, *essa governamentalização do Estado foi, apesar de tudo, o fenômeno que permitia ao Estado sobreviver*. E é possível que, se o Estado existe tal como ele existe agora, seja precisamente graças a essa governamentalidade que é ao mesmo tempo exterior e interior ao Estado, já que são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que é não-estatal. Portanto, se quiserem, o Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais da governamentalidade. (FOUCAULT, 2008, p. 145, grifo nosso)

A citação longa com o destaque acima reafirma a introdução deste artigo, ao destacar que o regime militar, além de ter optado por manter a união e o federalismo, foi estatista, em especial durante o governo de Ernesto Geisel. Aqui me adianto um pouco mais para afirmar que essa decisão não foi tomada por razões “democráticas”, visto que ainda vivíamos em um regime de exceção, mesmo que se colocasse em oposição à “linha dura”. O objetivo da decisão era dar condições para que o regime militar encontrasse sua própria razão de ser, inclusive para a sua possível continuidade. Assim, creio que, paralelamente à repressão, houve também um projeto de “pacificação” através de uma “forma técnica” de governar – cabendo aí a noção de governamentalidade –, uma vez que envolvia um conjunto de inovações e tecnologias sociais não apenas para fins de mensuração e avaliação do território e seus recursos¹⁶, mas para fins de planejamento de políticas de governo voltadas para a “população”.

Não por acaso, ao destacar a reforma administrativa do IBGE iniciada em 1967 e concretizada de fato a partir da nomeação de Isaac Kerstenetzky em 1970, meu objetivo foi tomar a reforma do IBGE como um caso exemplar desse processo de “pacificação” e também de “reinvenção” do Estado, da República e das próprias instituições públicas (estatais) e políticas. Nesse sentido, a nomeação de Isaac Kerstenetzky foi providencial para que os militares, junto com os funcionários técnicos do próprio IBGE, realizassem com sucesso o Censo de 1970. Essa de fato foi uma primeira ação do regime bem-sucedida para os planos de desenvolvimento nacional (PND) no contexto da instituição, uma vez que, até hoje, o Censo de 1970 é

16 Vale dizer que entre os órgãos criados pelo regime militar encontra-se a Embratel, que realizou uma revolução no campo das comunicações no país e forneceu informações cada vez mais precisas sobre o território brasileiro: “A empresa foi criada em 16 de setembro de 1965 pelo então presidente Castelo Branco, como empresa de economia mista de controle estatal. Tornou-se braço de longa distância do sistema Telebrás, criado também durante a ditadura militar em 1972. A Embratel era a responsável pelas comunicações via satélite no Brasil, e a expressão ‘via Embratel’ tornou-se sinônimo de transmissões via satélite no país, especialmente através da televisão (EMBRATEL, Wikipedia). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Embratel>. Acesso em: 24 mar. 2023.

considerado um marco decisivo na história censitária do Brasil. O sucesso se deveu sobretudo à boa reputação de Isaac Kerstenetzky no âmbito do pensamento econômico e estatístico de sua época, conforme expressou Alexandre de Paiva Rio Camargo:

O imperativo do planejamento implicava que o Instituto deveria atuar em parceria direta com o recém-criado Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, produzindo as estatísticas econômicas que a este último caberia analisar. A cooperação entre os dois órgãos era uma exigência da agenda de governo, doravante elaborada segundo as diretrizes de planejamento. As duas entidades ficavam, assim, separadas por autonomia e especialização funcional, mas suas atividades deveriam ser interdependentes e harmonizadas, aos olhos do governo. (CAMARGO, 2006, p. 188).

Dando continuidade ao meu argumento, no caso do regime militar temos duas faces muito nítidas: o autoritarismo político (via repressão) e a implantação de um “projeto de governamentalidade”, de acordo com “o imperativo do planejamento” para a criação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PDN), em suma, as partes de um amplo projeto desenvolvimentista, de caráter estatista. O IBGE foi um dos *locus* principais para a promoção dessa nova técnica de governo que, na época, foi desenvolvida em parceria com outros órgãos, como o Ipea, igualmente subordinado ao Ministério do Planejamento. Muitos anos depois, constatei que essa nova técnica de governo se encaixava muito bem nos três princípios destacados por Michel Foucault em seu livro *Segurança, território e população* (2008).

Porém, para entendermos o lugar exato do IBGE no organograma de governo daquele momento, é importante termos em mente o que Foucault (2008) denomina de “dispositivos de segurança”, em particular quando ele menciona a relação do governo com o que denominou de “acontecimento” – neste caso, ele se referiu explicitamente ao tema da “escassez alimentar”. É de conhecimento público que o Endef foi projetado e realizado tendo como um de seus objetivos principais fazer o primeiro levantamento nacional, por amostragem domiciliar, das condições alimentares e nutricionais da “população brasileira” (1974-1975). Isso não é pouca coisa. A razão para tal levantamento poderia ser resumida brevemente: a fome e as consequências políticas que ela poderia ter. Pobreza e fome já eram narradas em prosa e verso, e sua presença em nosso imaginário social e popular era marcante. Mas faltavam os números e os “acontecimentos”, ambos providenciados pelos militares na década de 1970.

A primeira tarefa, uma vez que o GT teve acesso aos questionários preenchidos, foi cotejar os questionários com os relatórios dos pesquisadores de campo, além de acompanhar as primeiras publicações e a divulgação dos resultados do Endef, especialmente as tabelas sobre alimentação. Todos esses procedimentos foram realizados ao mesmo tempo em que eram

feitas as leituras do relatório. Isso nos permitiu ter uma compreensão abrangente da pesquisa a partir de sua devida fundamentação estatística, isto é, técnica. Não se trata de superestimar a estatística, mas é importante reafirmar que, do ponto de vista da lógica da governamentalidade ela fazia sentido, tendo-se tornado uma importante ferramenta de governo – seja para a produção dos acontecimentos (eventos e dados e vice-versa), seja para elaboração de suas justificações científicas, econômicas, jurídicas e políticas. Os relatórios de campo, portanto, foram lidos a partir do conjunto mais abrangente das ferramentas metodológicas utilizadas para que pudéssemos pensar novas questões a serem exploradas. Uma delas era poder elaborar mais tecnicamente algumas categorias sociais tradicionais, como a própria noção de “fome” *vis-à-vis* à noção de “escassez alimentar” proposta pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Não se tratava de uma idiosincrasia qualquer – o fato é que “fome” era para nós uma categoria êmica, englobante com muitos sentidos, todos eles contextuais, envolvendo ainda a questão moral e religiosa que resistia à diversidade de situações críticas sobre as condições alimentares da população. Entre a escassez alimentar e a inanição absoluta há um grande espectro de situações e combinações, todas elas bastante complexas, que precisavam ser mais conhecidas e mensuradas em suas particularidades nutricionais e sociais. Como escreveu Foucault (2008), a “fome” pode ser o resultado de muitos acidentes e acontecimentos, desde catástrofes naturais e ambientais, interpretadas como castigos divinos, a conflitos e guerras, muitos deles não previstos. A escassez, porém, é produzida social e politicamente.

Josué de Castro (2022), cujo livro¹⁷ é o mais importante escrito sobre o tema no Brasil, foi quem abordou o “problema da fome” já como um evento essencialmente político. Na condição de cientista social, geógrafo, médico, nutrólogo e político, foi quem efetivamente desconstruiu a relação de causalidade falaciosa entre os “acidentes naturais” e as formas de “fomes” existentes no Brasil. Em termos teóricos e econômicos mais abrangentes, Karl Polanyi (1944) e Marshall Sahlins (1972)¹⁸, antes de Foucault, já haviam escrito que a proeminência do mercado no capitalismo causava seu desenraizamento da vida social, tendo como corolário a promoção da escassez. Foi por essa via que ambos criticaram o conceito formalista e utilitarista da economia¹⁹, tão em voga entre os economistas ocidentais. Mais adiante, o próprio Foucault

17 A primeira edição de *Geografia da fome, sete palmos de terra e um caixão* é de 1946.

18 Me refiro ao capítulo do livro *Stone age economics* (GRUYTER, 1972), ao qual tive acesso ainda na graduação.

19 Não me aprofundarei no debate de Polanyi neste artigo, mas foi ele quem inaugurou no debate econômico de sua época a tese de Foucault, com a diferença de que este se ateu ao processo de desenraizamento do econômico ocorrido na França. O que para Foucault constitui as técnicas de governo e os dispositivos que são criados para tal e se apoiam em uma perspectiva cada vez mais especializada dos saberes, corresponde ao que Polanyi descreveu a respeito da própria economia, quando ela se afastou das ciências humanas, constituindo assim, seu principal

explicitou com clareza os meandros do problema no mundo ocidental europeu do século XVIII (na França), de como a fome passou a ser distinguida da escassez alimentar pelos próprios governantes. “Vou tomar diretamente um exemplo, o da escassez. A escassez alimentar, que não é exatamente a fome, [...] É um estado de raridade, de fato, que faz os preços subirem”(Foucault, 2008, 40)²⁰.

Embora os textos de Foucault sobre a questão ainda não tivessem sido escritos, as informações dos cadernos de pesquisa e dos relatórios ilustravam muito bem tanto o processo discutido por Polanyi (1944) como por Sahlins (1972), ou seja, apontavam para uma “grande transformação” na sociedade brasileira, tanto no campo quanto nas cidades, da década de 1960 em diante. É por essa razão que os poucos resultados obtidos no Censo de 1960 já não explicavam muita coisa sobre a realidade brasileira em 1974 e 1975. É fundamental esclarecer que foi o Censo de 1970 que apresentou em termos estatísticos essa “grande transformação”, já em adiantado processo, e o quanto ela havia avançado e deixado suas marcas demográficas pelo caminho. Eram dois Brasis, com a variante de que o Brasil urbano havia surgido, mais uma vez como a história do capitalismo nos ensina, a partir da produção da escassez e, pior, sem uma industrialização suficiente nas cidades capaz de absorver o contingente populacional que abandonava o campo “a caminho da cidade”.

De fato, as discussões propostas anteriormente por Polanyi e Marshal Sahlins convergiam com as reflexões de Foucault, o que ia também ao encontro das percepções dos coordenadores do Endef em relação ao valor estratégico dos relatórios de campo, nos quais a categoria genérica “fome” já se apresentava inadequada em termos técnicos e estatísticos diante das mudanças observadas no Brasil, uma vez que muitas situações verificadas durante a pesquisa se tratavam não somente de “fome”, mas resultantes da escassez alimentar generalizada que, mais adiante provocaria um problema muito maior, qual seja, a mudança do perfil demográfico da sociedade. Uma análise abrangente do Censo de 1970 e dos dados iniciais do Endef mostravam que ocorrera um deslocamento de tal ordem das populações rurais brasileiras para as cidades que a população do país, em menos de duas décadas, tornara-se urbana. Pelo fato de todas essas populações estarem “desenraizadas socialmente”, o “acontecimento” produzido não gerou exatamente o desenvolvimento das cidades, mas promoveu nelas as mesmas condições de escassez, expondo as populações migrantes à insegurança e maior vulnerabilidade. Rumavam em direção à pobreza ao mesmo tempo que produziam a pobreza urbana, algo inteiramente novo e desconhecido

argumento contra os formalistas.

20 Aqui cabe uma observação similar em relação a Marshall Sahlins. Em dois livros seminiais, ele desconstruiu a teoria formalista da Economia. O primeiro foi publicado em 1972 e o segundo em 1979.

para elas e para os próprios governantes do país. De acordo com os técnicos da FAO, àquela altura o Brasil já convivia com todas as situações consideradas críticas contidas no vocabulário técnico da FAO e da OMS. Assim, do ponto de vista dos planos nacionais de desenvolvimento a serem realizados, não havia como sustentar a noção abrangente de “fome”, pois de acordo com a ideologia da “segurança nacional”, era preciso usar de forma rigorosa a classificação da economia, que define a escassez alimentar como um ente eminentemente técnico, mensurável e objetificável em termos estatísticos.

O problema, é que para os cientistas sociais, a controvérsia com os economistas continuava a fazer sentido. A escassez nas cidades continuava a ser motivada pela ausência dos alimentos nos postos varejistas nas regiões periféricas e mais pobres dos centros urbanos, além de trazer consigo a inflação. Efetivamente, ao relacionar os dados do Censo de 1970 com os cadernos e relatórios de campo do Endef (1974-1975), tínhamos diante de nós um cenário bastante distinto e preocupante que se coadunava muito bem com a citação abaixo.

A escassez alimentar é um fenômeno cujas conseqüências imediatas e mais sensíveis aparecem, claro, inicialmente no meio urbano, porque afinal de contas a escassez alimentar é sempre relativamente menos difícil de suportar – relativamente – no meio rural. Em todo caso, ela aparece no meio urbano e acarreta quase imediatamente, e com uma grande probabilidade, a revolta. Ora, é claro, desde as experiências do século XVII, a revolta urbana é a grande coisa a evitar para o governo. (FOUCAULT, 2008, p. 40-41).

O que se destacava nos dados dos questionários e nos relatórios de campo era o fato de que o tema da escassez alimentar se tornara mais visível e sensível no Brasil à medida que contingentes populacionais se deslocaram para as cidades e foram obrigados a se tornarem bruscamente consumidores. A visibilidade da falta de trabalho, pobreza e fome era rapidamente exposta e identificada como “miséria” no contexto urbano, ao mesmo tempo em que tornava a situação alimentar crítica, quanto mais a população era obrigada a substituir os alimentos de sua dieta alimentar básica por alimentos processados ou sobras do que podiam comprar ou ganhar. Ou seja, uma vez deslocando-se para as cidades como migrantes, deparavam-se com outros eventos provocados pelas mãos invisíveis do mercado, como a indústria alimentar e eram obrigados a comer o que era ofertado – no mercado ou por doação –, não aquilo que produziam e se habituaram a comer para se alimentar. Mesmo não se podendo falar de “fome” (inanição), a mudança brusca dos padrões alimentares em meio à pobreza era um caminho em direção à subnutrição, à insegurança ou ao risco alimentar. Os migrantes eram expostos ao mesmo tempo à escassez alimentar e aos seus corolários mais perversos no meio urbano, como a outras formas sociais de escassez causadas pela impossibilidade de recorrerem aos esquemas tradicionais de

solidariedade. Viver nas cidades significava ampliar despesas em todos os sentidos, por causa de outros bens necessários, em função das exigências da vida citadina, o que reafirmava cada vez mais a condição ao mesmo tempo de escassez, pobreza e de consumidor. Diante de uma oferta cada vez maior de bens, o dilema do consumo se impunha, enquanto as despesas de alimentação tornavam-se mais elevadas. Em suma: mal havíamos nos tornado uma sociedade urbana e rapidamente já possuíamos um elevado índice de pobreza urbana, por conta da pobreza provocada pela migração. Não por acaso, essa realidade passou a fazer parte do cenário urbano, no caso, crescimento das favelas e dos aglomerados das periferias..

Embora a população urbana mais tradicional estivesse concentrada em certas regiões e territórios, alguns deles já densamente povoados, onde desfrutavam de recursos e qualidade de vida, o fato é que o meio urbano brasileiro mudou drasticamente nesse período. Somente a partir do crescimento do terciário urbano no decorrer das décadas de 1970 e 1980, é que uma parte dessa população foi sendo absorvida pelo setor da construção civil e por outros empreendimentos econômicos que foram surgindo e não dependiam tanto de mão de obra qualificada. Esse aumento de empregos, no entanto, não foi suficiente para atender a demanda de pessoas que continuavam a chegar sem qualificação, formando um círculo vicioso de desemprego estrutural. Infelizmente não há condições, nesse momento, de aprofundar a questão ligada ao modo como o processo de urbanização no país constituiu um fator determinante para a produção da pobreza no Brasil contemporâneo. Chamo atenção para o fato de que no GT desenvolvemos muitas discussões a respeito, dado o interesse que Parga Nina possuía pelo tema da pobreza. Infelizmente, incompreensões e disputas políticas à parte, essas discussões não tiveram tempo para serem devidamente amadurecidas e publicadas por causa do término do Endef e a saída de Isaac Kerstenetzky em 1979. Mas até onde fomos levantávamos algumas relações entre essa forma de pobreza que se instalara muito rápido nas grandes cidades brasileiras e a insegurança alimentar no Brasil urbano que, no período, passou a atingir também setores das camadas médias baixas e médias por meio da mudança dos hábitos alimentares tradicionais, com a substituição acelerada pelos alimentos processados. Substituição esta, provocada em grande medida por um novo equipamento urbano – o supermercado – que se espalhava rapidamente pelas cidades, ao mesmo tempo que criava “desertos alimentares” nas periferias e nos bairros menos nobres, corroborados pela cultura da inflação que se estabeleceu paralelamente.

A situação era tão alarmante que, em determinado momento da leitura dos relatórios, Parga Nina considerou necessário um “retorno ao campo” em algumas regiões, a fim de que os membros do GT revisitassem alguns domicílios da amostragem do Endef. O fato de termos duas ex-supervisoras de campo no GT, ambas sociólogas (uma do estado do Rio de Janeiro e

outra da Bahia), facilitou bastante a organização do trabalho de campo, que contou ainda com a participação de ex-pesquisadores e pesquisadores recém-chegados ao GT. O propósito desse “retorno” não foi motivado por divergências quanto aos dados coletados anteriormente, mas pela finalidade de observar mais detidamente as condições de precarização geral da vida que conduzia à pobreza e à escassez alimentar generalizada em meio ao processo de urbanização crescente. O objetivo era sobretudo investigar as percepções que os moradores dos domicílios visitados durante o Endef tinham da situação, nos contextos rurais e urbanos dessas regiões, no caso, o sul da Bahia, o interior do Rio de Janeiro e a cidade do Rio de Janeiro. Como a pesquisa era recente e os pesquisadores do Endef haviam sido bem aceitos pelos moradores, não houve problemas de recepção, e os resultados confirmaram muito daquilo que já havíamos discutido durante a leitura dos relatórios de campo.

Tendo optado por permanecer no Rio de Janeiro fiz os levantamentos em domicílios pesquisados durante o ENDEF situados na Rocinha. Lá chegando, me deparei com domicílios de migrantes recém-chegados e me interessei pelas percepções deles em relação às suas condições de vida no Rio, comparadas com aquelas que tinham antes de migrar, especialmente no quesito alimentação – foco da pesquisa do Endef – e das condições de moradia que me chamaram atenção. Pela primeira vez pude observar de perto a pobreza extrema associada ao consumismo. Em alguns domicílios que visitei, apesar da escassez alimentar estar muito próxima da situação de risco alimentar e as condições de moradia serem muito precárias, isto é, barracos de madeira com apenas um cômodo pequeno, sem ventilação, sem mobília, mas onde no entanto havia um aparelho de televisão, geralmente de segunda mão, que ficava ligado o tempo todo. Essa situação causou-me um impacto profundo, uma vez que muitas vezes não havia nem sequer fogão ou geladeira, bens que, de acordo com o senso comum, eram considerados essenciais. A partir dessas cenas, passei a ter um interesse especial pelo papel da comunicação na conformação desse cenário de pobreza urbana no Brasil. Passei a refletir sobre o modo como a mídia promovia não apenas esse processo de “desenraizamento” social, substituindo-o por um tipo de imaginário elusivo, ficcional, em relação aos modos de vida da cidade, associando-os à liberdade, ao hedonismo, ao acesso ao consumo etc. Ao mesmo tempo, contribuía para alterar as percepções anteriores que os entrevistados tinham de suas condições de vida tradicionais e das próprias cidades para onde iam. Uma vez na cidade, mesmo migrantes e pobres, as pessoas acreditavam que teriam mais escolhas e oportunidades. Afinal, o que era melhor? Ser pobre no campo ou ser pobre na cidade grande? De que forma essa lógica agia insidiosamente para promover a ideia de que viver na cidade, mesmo na pobreza, implicaria algum tipo de ganho?

Nos termos de Foucault, minha percepção fazia sentido, e as novas observações junto

à leitura dos relatórios me permitiram identificar a existência de uma diferença “filosófica e cosmológica” em relação à escassez e à pobreza entre os dois contextos, o rural e o urbano, do ponto de vista dos moradores e também dos pesquisadores (que escreveram os relatórios).

Do ponto de vista dos migrantes, o rural já vinha sendo percebido pelo viés da raridade em todos os sentidos, sobretudo da raridade causada pelos impedimentos e a falta de acesso à terra para plantarem suas roças e reproduzirem seu modo de vida como antes. Sem terra para plantar, sem trabalho, a solução que tinham à disposição passava a ser a migração. Para todos os efeitos, a TV tornou a cidade o lugar da abundância, onde haveria sempre alguma coisa para fazer e alguma atividade para ganhar dinheiro, nem que fosse a mendicância. Nesses termos, as tradições e a religiosidade já não prevaleciam sobre as decisões de permanência no campo. Mesmo percebida como um infortúnio, a pobreza não era mais vista como um castigo divino ou um destino. Enquanto isso, no contexto urbano a pobreza e a escassez alimentar evidenciavam para eles o caráter econômico e político dessa raridade, especialmente em cidades como o Rio de Janeiro, pela maior proximidade entre pobres e ricos facilitada pela própria paisagem das áreas nobres da cidade. A escassez alimentar ficava evidente como problema econômico e político porque ela passava a estar diretamente vinculada e associada à falta de dinheiro e trabalho para comprar os alimentos expostos nos supermercados, bem como à falta de mais ofertas de mercados em outras áreas menos nobres da cidade.

Nesses termos, a própria cidade também era mapeada e percebida de modo diferente pelos recém-chegados. Dependendo do lugar, era melhor morar até na rua, embaixo de uma ponte ou de uma marquise, pois certamente as chances de se alimentar melhor aumentariam, nem que fosse através da mendicância e/ou da dádiva dos passantes e dos estabelecimentos comerciais (mercados, restaurantes, bares, padarias) que forneciam sobras. De muitas formas, a mendicância poderia ser entendida como uma forma de atividade e ganho, pelo menos durante algum tempo, além de ser uma garantia mais rápida de se obter algum dinheiro. Em certas áreas das cidades, com algum dinheiro em mãos, era possível comprar alguns bens – alimentares ou não. Isso não era possível no campo nem mesmo nas regiões periféricas, onde prevaleciam os “desertos alimentares” (ausência de abastecimento, mercados, postos varejistas).

De fato, foi interessante observar que o setor alimentar foi o que mais floresceu e se desenvolveu apesar da inflação, através do crescimento das grandes redes de supermercado no Brasil ocorrido nas décadas de 1970 e 1980, em meio à urbanização galopante e a uma economia hiperinflacionária, alterando o cenário urbano e a mudança dos hábitos alimentares brasileiros, baseado no incentivo cada vez maior ao consumo de alimentos processados e industrializados, que alteraram não somente o gosto, mas, fundamentalmente, a saúde dos brasileiros. Enquanto

isso, alimentos mais tradicionais – verduras, frutas e legumes – foram se tornando cada vez mais “escassos”, isto é, mais caros e menos frequentes nas redes de mercado mais populares, deixando de existir na dieta das camadas mais pobres a ponto de eles se alimentarem quase que exclusivamente de alimentos processados. Essa mudança em direção à insegurança alimentar foi observada e constatada em grande medida no Endef, em termos quantitativos e qualitativos, não somente pela raridade provocada pela escassez ou pelo encarecimento, mas também resultante da preferência causada pela desinformação produzida pela propaganda ostensiva e sem controle de agências reguladoras, resultando numa mudança no paladar que foi afastando os consumidores dos alimentos mais saudáveis. Alguns alimentos como a carne, por exemplo, já não apareciam nas refeições das classes populares, tendo sido substituída pelos embutidos.

Tanto o Censo de 1970 quanto o Endef confirmaram o que alguns estudiosos já haviam percebido e debatiam em termos macroeconômicos. O Brasil tornara-se um país urbano por causa dos problemas insolúveis no campo (reforma agrária) e não pelo desenvolvimento industrial ou comercial. Tampouco os migrantes que chegavam às cidades vieram preparados para serem trabalhadores urbanos. Suas habilidades como trabalhadores rurais não se coadunavam com as habilidades requeridas na cidade. É possível dizer que o campo não estava preparado para perder boa parte de sua população – o que se comprovou com as várias crises de abastecimento durante as décadas de 1970 e 1980, reforçadas pela inflação galopante. Por sua vez, as cidades também não estavam preparadas para receber essa população.

Com exceção dos grandes centros urbanos, o setor de serviços da década de 1970, o chamado de terciário urbano, ainda era pouco desenvolvido, em comparação com o dos países desenvolvidos. Desse modo, o que prevaleceu como oferta de trabalho para a maior parte dos migrantes foi o trabalho doméstico (para as mulheres) e a construção civil (para os homens). Fora disso, somente uma minoria conseguiu se profissionalizar e ser absorvida pelo comércio e pelas ocupações mais qualificadas na indústria. A grande maioria encaminhou-se para o mercado informal de trabalho. No caso do trabalho doméstico, não havia ainda uma legislação que protegesse a empregada doméstica, a carteira de trabalho não era obrigatória, o que redundava na ausência de direitos e na existência de muitas formas de exploração. Ao fim e ao cabo, se houve beneficiários das migrações urbanas desse período e da pobreza, foram as camadas médias e as elites urbanas por terem se favorecido da elevada oferta de mão de obra disponível, que se submetia ao trabalho informal e sem direitos, o que facilitou a liberação da mão de obra feminina das camadas médias urbanas para o mercado de trabalho mais qualificado, que exigiam estudo, no caso o 2º grau completo e até universitário. É nesse período que também se observou o aumento da presença feminina no ensino superior. Nesses termos, o “caminho da

cidade” não foi exatamente uma “solução e um meio de desenvolvimento”, mas o modo como o Brasil criou uma modernidade artificial, ao favorecer a liberação da força de trabalho feminina das camadas médias urbanas.

Para Foucault, um atributo crucial da urbanização (modernidade) é a “substituição da percepção do infortúnio pela matriz filosófica e moral ‘baseada na má natureza do homem’ ” (FOUCAULT, 2008, p. 41). Esta afirmação cabe muito bem no caso brasileiro, para explicar como esta substituição não promoveu a consciência política da população migrante recém-chegada, que se submeteu à exploração, menos ainda nas camadas médias e altas para as quais ela passou a trabalhar. Uma vez tendo sido diretamente beneficiadas pela mão de obra barata e disponível para os serviços domésticos, para construtoras e para o trabalho informal e precário, as elites brasileiras acabaram por internalizar a exploração dessa mão de obra como um direito natural. É interessante observar que os primeiros movimentos feministas no Brasil surgiram nesta época, sendo essencialmente urbanos, formados por mulheres de camadas médias. A “liberação feminista” no Brasil foi muito mais uma atualização da logística da organização doméstica escravocrata. De fato, o que houve foi uma estratégia de ascensão econômica e social de um segmento de classe graças à maior inserção feminina no mercado de trabalho qualificado, do que propriamente um fenômeno estrutural relacionado ao desenvolvimento econômico e social do país.

UMA BIOPOLÍTICA DOS “TRISTES TRÓPICOS”

Considerando as informações sensíveis contidas nos relatórios, desde o início a coordenação do Endef foi orientada a não divulgá-los. Quanto aos resultados da pesquisa, foi necessário assumir uma linguagem técnico-científica, no que diz respeito à divulgação e ao modo de apresentação das situações críticas de pobreza, insegurança e risco alimentar. Dessa forma, pouca informação chegou ao grande público; mesmo as tabelas publicadas eram organizadas e destinadas a um público especializado. O que a mídia divulgou foram reportagens em que os protagonistas eram os próprios pesquisadores e suas balanças. Conhecida também como a “pesquisa da balança”, o Endef chamou atenção pelo instrumento utilizado e pelo método de coleta principal adotado, que exigia que os pesquisadores visitassem o domicílio selecionado durante sete dias consecutivos, pelo menos duas vezes por dia. Como disse, lá anotavam os cardápios das refeições e todos os alimentos a serem utilizados no preparo das refeições

diárias, além das sobras; registravam todas as despesas e tudo mais que lhes chamasse atenção. Sobretudo, e muito importante, pesavam e mediam os moradores.

Nesta última parte do artigo, gostaria de destacar este outro fato muito importante e que resultou num vasto material de informações detalhadas sobre os “exames” efetuados nos corpos dos moradores, obtidos a partir do contato direto com seus corpos e da observação que os pesquisadores fizeram, incluindo suas medidas, tiradas a cada dia. Evidentemente, essas informações foram extraídas a partir dos tópicos estabelecidos nos questionários, mas que não previram certas situações. A página final para os registros e posteriormente os dois relatórios permitiram que cada pesquisador pudesse detalhar as particularidades físicas e corporais dos moradores, não somente suas medidas, ou os quesitos raciais, mas os tipos e estado das peles, cabelos, unhas, independente de terem mantido com eles um diálogo a respeito durante os 7 dias. Em muitos sentidos e de várias formas, seus corpos foram objetos de avaliações escrutinizadas. Assim, a primeira observação a ser feita é que uma pesquisa como esta só poderia ter sido realizada em um regime de exceção. Em outro contexto e nos tempos atuais, ela seria impensável, inclusive do ponto de vista ético. É importante destacar ainda que essa atenção dedicada aos corpos dos moradores não prevaleceu apenas por conta de uma atitude científica, mas em grande medida orientada por uma perspectiva racista bastante próxima à perspectiva de alguns pensadores sociais brasileiros do início do século XIX. A esse respeito, vale a pena citar Agamben (2010), pela menção que faz a Foucault em sua introdução ao *Homo sacer*:

Uma das orientações mais constantes do trabalho de Foucault é o decidido abandono da abordagem tradicional do problema do poder, baseada em modelos jurídicos institucionais (a definição da soberania, a teoria do Estado), na direção de uma análise sem preconceito dos modos concretos. Como que o poder penetra nos próprios corpos de seus sujeitos e em suas formas de vida. (AGAMBEN, 2010, p. 9).

Não foi por acaso que os registros e os dois relatórios de campo foram classificados como confidenciais e para uso exclusivo dos pesquisadores, o que punha seu conteúdo sob censura. A abordagem dos corpos dos moradores era algo que se situava entre o consentido e o coercitivo e fazia lembrar as instituições totais. Além disso, era possível constatar a autoridade desfrutada pelos pesquisadores, bem como os registros realizados nos cadernos de pesquisa, que pressupunham o manejo das categorias técnicas do campo da nutrição e da antropometria. Uma vez expostos a esse conteúdo, nós, pesquisadores do GT, tivemos inúmeras situações em que debatemos as classificações pressupostas nos questionários, bem como as representações dos pesquisadores. Uma delas dizia respeito à noção de comestibilidade, uma vez que os próprios pesquisadores de campo afirmavam que ela influía diretamente na aparência dos corpos, por

conta da situação de insegurança e risco alimentar.

Muitos pesquisadores narraram que, durante o período de pesquisa constataram que as pessoas ingeriam “coisas” que, segundo os critérios da FAO e das próprias pessoas, não eram consideradas “alimentos” nem “comida”. Até certo ponto, nós, enquanto membros do GT, concordávamos que os critérios de comestibilidade são variáveis e definidos por cada grupo humano. Admitia-se também que o rompimento desses critérios servia para sinalizar muitas situações, desde uma situação de risco até uma mudança de padrão alimentar. Nesse sentido, concordava-se que nenhuma “fronteira” alimentar poderia ser considerada, *a priori* e de forma rígida, “impossível de ser rompida”, até porque a espécie humana é onívora, embora essa condição não signifique e justifique nunca a ingestão de “qualquer coisa”.

Assim sendo, como o objetivo maior do Endef era avaliar as condições alimentares da população brasileira para fins de planejamento, com destaque para situações de insegurança e risco alimentar, salvo exceções, o rompimento de alguns limites estava previsto, e as circunstâncias em que ocorriam deveriam ser observadas atentamente, em função das condições socioambientais, além, é claro, das condições econômicas de cada domicílio, em face das formas de produção locais, mercados, composição étnica e cultura. Apesar disso, muitos relatórios apresentaram informações surpreendentes, talvez porque alguns domicílios fossem mais isolados, o que poderia justificar certas ingestões estranhas. Mas diante da grande incidência de casos de ingestões “estranhas”, o GT decidiu pela criação de um extrato intitulado “Casos Extremos” no qual seriam incluídos todos os registros feitos sobre as formas de ingestão julgadas “para além” de certas fronteiras, da mesma forma que os registros sobre a corporalidade que apresentavam, até para que pudéssemos observar como os pesquisadores faziam a conexão entre estas ingestões e a descrição dos corpos observados por eles. De acordo com o relato dos pesquisadores, muitos moradores ao relatarem certos tipos de ingestão, o faziam contragidos, pois sabiam que haviam ultrapassado certas fronteiras. Como foi estabelecido, tratava-se de casos limites de ingestão que precisavam ser averiguados. Mais uma vez, o velho fantasma da “fome” voltava às nossas cabeças. Afinal, barro, terra, minhocas, lixo, etc não poderiam ser classificadas como alimento, comida. Eis o X da questão.

Novamente estávamos diante de informações e dados que desafiavam a neutralidade estabelecida pela ciência. A discussão sobre a noção de “fome” teve de ser retomada, pois ela não significava ausência de ingestão. Ao contrário, certas formas de ingestão aconteciam por causa da fome, causada pela escassez alimentar, portanto, não era algo ocasional, mas tornara-se frequente em muitas regiões do país por conta de várias situações de (des)ordem econômica e social. Nesse sentido, a escassez alimentar, enquanto resultado da produção da raridade, não

fazia as pessoas “morrerem de fome” por inanição apenas, mas, antes disso, fazia com que elas abrissem mão de sua humanidade, rompessem com seus próprios critérios de comestibilidade, levando-as a uma situação de “(im)pureza” e “perigo” (DOUGLAS, 1976) e, segundo os relatos dos pesquisadores, apresentando deformidades consideráveis em seus corpos. Muitos relatórios destacaram essas “deformidades” sob a alegação de que eram causadas pelas ingestões de “coisas estranhas” e que estas haviam comprometido severamente a aparência corporal dos moradores, muito embora essa relação de causa e efeito não tenha sido verificada por autoridades médicas.

Houve, entretanto, um evento cuja situação e contexto levaram a uma controvérsia importante, pois o fato aconteceu no ABC paulista, um contexto eminentemente urbano onde a ocorrência de ingestão de “coisas” não comestíveis chamara mais atenção dos demais moradores, ao contrário de outras ocorrências, dadas às condições de isolamento de muitos “domicílios” rurais. Trata-se do caso da “carne de rato”, cuja pesagem dos restos foi feita e anotada no caderno de pesquisa, mesmo com os próprios moradores do domicílio tentando encobrir o fato, mesmo diante das evidências. Somente posteriormente admitiram, mesmo assim porque houve a denúncia de que o rato de fato fora ingerido (relatório de campo). Esse é um episódio que ilustra bem o tema da biopolítica e do biopoder. Mais ainda: põe em relevo as formas de controle que o Estado possui ao realizar pesquisas como essas para obterem informações, mas não publicizá-las e ao mesmo tempo não fazer o que deve ser feito. Ao lermos o relatório do pesquisador, decidimos discutir o assunto com os coordenadores e tivemos autorização para acessar o caderno de pesquisa, no qual a pesagem foi registrada e relatada na última página. Nessa consulta, constatou-se também que, embora finalmente tenham admitido a ingestão da carne de rato, os moradores demonstraram grande constrangimento.

Entretanto, para nossa surpresa, constatamos que a informação qualitativa sobre a ingestão do rato havia sido desconsiderada pela equipe que fez a crítica dos questionários, sendo assim ratificada como “alimento”, chegando a constar na tabela alimentar publicada como equivalente a “x gramas de proteína animal”. Procuramos os coordenadores da FAO, e eles confirmaram a decisão, afirmando que a ingestão foi considerada alimento, mesmo que contrariasse a classificação social de o rato não ser considerado um animal comestível no Brasil. A justificativa foi de que houve um exagero do pesquisador, pois na prática muita gente come rato, da mesma forma que come gato – o famoso churrasquinho de gato – bem como outros animais. Tal resposta causou perplexidade na época, pela forma como a questão foi decidida, sem levar em conta o estranhamento do pesquisador e o próprio constrangimento do morador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do artigo afirmei que o regime militar iniciado em 1964, em função de seu projeto de segurança e integração nacional, buscou investir na obtenção de informações sobre o país – sobre seu território e sua população –, admitindo que o conhecimento que o Estado e suas instituições políticas dispunham àquela altura eram insuficientes. Em que pese o autoritarismo do regime, essa atitude resultou em um conjunto de informações mais preciso, técnico e estatístico sobre a população brasileira, não só a respeito das condições de vida da sociedade, como detectar com precisão a grande mobilidade populacional interna daquele momento, que acabou alterando o perfil demográfico do país e promoveu sua urbanização já bastante comprometida pela pobreza, pelo desemprego, pela escassez e pela inflação. Afirmo também que a obtenção dessas informações foi extremamente importante para secundar e legitimar ações de planejamento e de governo voltadas para a promoção do desenvolvimento. Pretendi mostrar como esse empreendimento de “conhecer” o país levou a um processo de organização e reinvenção do Estado e da administração pública, imprimindo um caráter de modernização às instituições, colocando-as como um vetor crucial para o desenvolvimento econômico nacional. O interesse que cercava essas instituições não pode ser reduzido à questão da oferta de empregos, mas ao interesse do Estado e do regime em “governar” o território e sua população, para fins de segurança, estabelecendo critérios que obviamente influiriam na vida e na morte de seus habitantes. Gostaria de concluir o artigo argumentando que o regime militar no Brasil se destacou pela forma como invocou para si o poder soberano de dizer quem vive e quem pode morrer, tanto do ponto de vista da repressão quanto da realização de projetos de desenvolvimento para a sociedade. A reforma do IBGE, a realização do Censo de 1970 e a realização do ENDEF que fundamentaram o I e II PND foram demonstrações desta intenção de exercer o poder soberano também pela via do planejamento estatal em completo contraste com a atuação dos militares no governo Bolsonaro. Neste último caso, militares e governante decidiram implementar outra forma de governamentalidade que, ao contrário daquela concebida pelo regime militar anterior, optou pela total ausência de projetos e de planejamento estatal, restando à maioria da população brasileira a opção de “deixá-la morrer”.

REFERÊNCIAS

1. AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer. O poder soberano e a vida nua**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
2. AUGUSTO, Claudio de Farias. **Federalismo republicano e políticas sociais: o caso da habitação social no Brasil pós-64**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharias de Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1996.
3. CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. São Paulo: Editora Todavia, 2022.
4. D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
5. DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. 1 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
6. EMBRATEL. **Wikipedia**, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Embratel>. Acesso em: 24 mar. 2023.
7. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. 1. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.
8. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/aceso-informacao/institucional/o-ibge.html>. Acesso em: 24 mar. 2023.
9. LEIRNER, Piero. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**. Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2020.
10. POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
11. SENRA, Nelson. “Introdução”. In WU TAI, David (org.). **Isaac Kerstenetzky: legado e perfil**. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações, IBGE, 2006. p. 9-12.
12. SAHLINS, Marshall. “The original affluent society”. In: GRUYTER, Aldine de. **Stone age economics**. 1. ed. Chicago, New York: Ed. Aldine-Atherton INC, 1972. p. 1-39.
13. SAHLINS, **Marshall**. **Cultura e razão prática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Laura Graziela Gomes

Professora Titular do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Ciências Humanas (Antropologia) pela Universidade de São Paulo (1997). Membro do Comitê Editorial da Revista Antropolítica. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0044-5259>. E-mail: lauragraziela@gmail.com